

## ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ TÉCNICO INTEGRADO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE COMBUSTÍVEIS, DEMAIS DERIVADOS DE PETRÓLEO E BIOCOMBUSTÍVEIS – CT - CB

No dia vinte e oito do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala Plenária do Edifício Sede do Ministério de Minas e Energia – MME, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, Brasília, DF e na Sala de Videoconferência do Escritório Central da ANP, situado no Rio de Janeiro, RJ, os membros do Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB) e convidados relacionados na lista em anexo realizaram sua 2ª Reunião Ordinária. Foi registrada a ausência de representantes do MMA, MAPA e MIDC.

A reunião foi iniciada pelo Sr. Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME, Márcio Félix, com as boas-vindas aos presentes, passando, em seguida, a palavra ao Sr. Miguel Ivan, Diretor do Departamento de Biocombustíveis, para suas considerações sobre as interfaces, a complementaridade e a compatibilidade das iniciativas Combustível Brasil e RenovaBio. Em seguida, o Sr. Cláudio Ishihara, Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo, deu início aos trabalhos da pauta.

### 1 ASSUNTOS TRATADOS

#### 1.1 Sobre os trabalhos em curso da Iniciativa Combustível Brasil

O Sr. Cláudio Ishihara (MME) explanou a pauta da reunião, que consistiu na submissão para validação dos membros do CT-CB das atividades desenvolvidas nos seus subcomitês temáticos. As apresentações dos subcomitês foram estruturadas em cinco tópicos: (i) propostas em desenvolvimento no âmbito do SCT; (ii) situação atual dos trabalhos; (iii) próximas ações; (iv) cronograma; (v) discussão e aprovação dos trabalhos desenvolvidos.

#### 1.2 SCT Concorrência e competitividade

O SCT Concorrência e Competitividade, coordenado pelo Sr. Bruno Caselli (ANP), apresentou suas propostas em desenvolvimento. Explanou-se que a proposta 26 foi priorizada (*Elaborar nova resolução do CNPE para reconhecer, como de interesse para a política energética nacional, programas de acesso ao consumo do GLP destinado ao uso doméstico e acondicionado em recipientes transportáveis de capacidade de até 13 kg para consumidores de baixa renda, reforçando o conceito de que incentivos governamentais ocorrem exclusivamente com previsão específica no orçamento público. Adicionalmente, propor a revogação da Resolução CNPE nº 4/2005, que reconhece como de interesse para a política energética nacional a prática de preços diferenciados para o GLP*). Apresentou-se a meta de elaborar uma nova resolução CNPE, reconhecendo que o preço do GLP P13 pode ter impacto significativo ao consumidor de baixa renda. Nesse

caso, se necessário, o custeio de parte da aquisição do botijão P13, deve ser suportado por programas do governo.

A abordagem quanto a esse assunto foi realizada em duas dimensões: a econômica e a social. Sob a dimensão econômica, os objetivos estão relacionados à necessidade de investimentos em infraestrutura do setor e o seu equacionamento por meio de preços de mercado que venham a encorajar os agentes à sua realização. Sob a dimensão social, há que se ponderar, quantificar e encontrar soluções para mitigar o impacto do aumento de preço do botijão P13 junto aos consumidores de baixa renda.

O Sr. Bruno também relatou a realização de reuniões com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), Sindigás, Asmirg e Petrobrás, para discussão do assunto.

Registrou que foi elaborado um questionário para colher subsídios junto aos agentes públicos e privados, com vistas a realizar uma avaliação das consequências, quantificar os recursos necessários à sua mitigação para a população de baixa renda e identificar fontes de recursos. O prazo para resposta do questionário é 29/09 e, após a realização das avaliações, será realizado um *workshop* em 31/10.

Quanto ao cronograma, registrou estar com andamento adequado para o desenvolvimento da proposta priorizada, com expectativa de encaminhamento tempestivo do relatório ao CNPE.

O Sr. Cláudio Ishihara resgatou a discussão acerca da Resolução CNPE nº 04/2005. Destacou a importância de que cada órgão do Governo se manifeste acerca do assunto, de modo que, no âmbito do CT-CB, possa ser discutida e construída proposta adequada e aderente às políticas setoriais específicas de cada órgão. Nesse sentido, lembrou que além dos aspectos econômicos e financeiros, deve-se considerar, também, a questão social, os impactos na população, em especial a de baixa renda.

Registrou que se observa a prática, pela Petrobras, de uma aproximação do preço do GLP residencial ao do industrial, o que favorece o mercado. Lembrou que há expectativas de mercado para uma solução até o final do ano e que o SCT Concorrência e Competitividade trabalha para apresentar uma proposta sobre o assunto ao CT-CB. Contudo, caso não seja possível neste prazo, entende ser necessário apresentar uma proposta consistente para o próximo ano, contendo ações e prazos, bem como justificativas. Por fim, ratificou seu entendimento de que a responsabilidade para encontrar uma solução é de todos (setor público e privado).

A Sra. Beatrice do Valle (Casa Civil) alertou sobre a importância de se aprofundar na coleta de dados para embasar a avaliação do impacto do aumento de preço na população de baixa de renda, de modo a que se tenha segurança nos fundamentos da proposta.

O Sr. Bruno Caselli mencionou que houve um questionamento do TCU sobre a efetividade dos resultados da política de diferenciação de preços e que, em decorrência dos estudos realizados em atendimento àquele tribunal, pode-se constatar que todos são beneficiados pela Resolução CNPE nº 04/2005 e nem todos se enquadram como necessitados ou de baixa renda. Lembrou que a diferenciação praticada hoje traz simplicidade por não necessitar de controle, mas não tem efetividade.

O Sr. Cláudio lembrou que há questões a serem respondidas, como por exemplo: quanto custava o benefício antes da incorporação pelo Programa Bolsa Família? É significativo ainda hoje? Qual será o impacto à população de baixa renda?

O Sr. Ricardo Tonietto (Sindicato) informou que já respondeu o questionário enviado pelo SCT e que a questão de dois preços para o mesmo produto deve ser discutida. Apontou seu entendimento de que, hoje, o benefício não alcança somente a população de baixa renda, sendo utilizado por todos os consumidores de botijão P13, que não necessariamente necessitam de subvenção ao preço.

O Sr. José Luis (Abragás) reafirmou que o preço diferenciado de GLP beneficia toda a população que se utiliza de botijão P13. Informou que a unificação de preços e a paridade com mercado internacional são bem-vindas, mas questionou como isso está sendo feito pela Petrobras. Relatou que a alta nos preços de faturamento do produtor já resultou em 40% de aumento nos preços do GLP ao consumidor. Alegou que o segmento precisa de apoio e que, se as ações forem somente visando o aumento dos preços, os consumidores serão fortemente impactados. Lembrou que há regiões do País em que o botijão P13 já passou de R\$ 100,00. Por fim, defendeu que a adoção de programa de subvenção para aquisição de botijão P13 pela população de baixa renda ocorra antes da unificação de preços.

O Sr. Arlindo Moreira (Petrobras) informou que as dificuldades da empresa são grandes e reconheceu que a incerteza quanto ao preço do GLP não encoraja os investimentos dos agentes. Afirmou que lidar com a flutuação de preços faz parte do mercado.

O Sr. Cláudio Ishihara perguntou se uma eventual revogação da Resolução CNPE nº 04/2005 impactaria a Petrobras e qual seria esse impacto. Lembrou que, hoje, a diferenciação de preços é menor (em torno de 60%), mas já chegou a mais de 120%.

O Sr. Arlindo Moreira respondeu que a cotação da molécula é estabelecida pelo mercado.

O Sr. Flávio Tojal (Petrobras) relatou que é intenção da Petrobras aproximar os preços, mas que isso pode levar mais tempo, a exemplo do que ocorreu com os combustíveis líquidos. No seu entendimento, os mercados de óleo diesel e gasolina são mais robustos e maduros, mas não há como prever o comportamento dos agentes em relação às importações, preços e demais questões de mercado. Quanto à manutenção de preços e garantia do abastecimento, ressaltou que a Petrobras não tem musculatura para este tipo de prática e que surge uma oportunidade importante para uma transição, mas não pode dizer como e quando se dará essa aproximação dos preços. Ressaltou que a Petrobras busca errar o mínimo possível para evitar idas e vindas decorrentes de grandes correções de rumos. Acerca dos estudos sobre a aproximação dos preços e seus impactos no consumo, disse ser possível encaminhá-los à ANP, para que ela avalie a melhor forma de divulgação.

O Sr. Bruno Caselli registrou que a Abragás tem maior sensibilidade quanto ao impacto no consumidor final. Pontuou também que o momento é importante para a Petrobras dizer como eles se vêem no caso da revogação da Resolução CNPE nº 04/2005.

A Sra. Fátima Giovanna (Abiquim) informou ter interesse em participar das discussões sobre a proposta 25.

O Sr. Leandro de Barros (Sindicato) afirmou que gostaria de ter uma reunião em paralelo, referente às outras propostas desse SCT, para saber se haverá necessidade de levantamento de dados ou realização de algum estudo pelo Sindicato, ao que o Sr. Bruno Caselli, em resposta, disse que iria agendar.

A Sra. Beatrice do Valle perguntou qual seria o número envolvido nesse “subsídio” praticado pela Petrobras ao praticar preços diferenciados para GLP. O Sr. Flávio Tojal disse que 70% do GLP comercializado é P13, ou seja, tem preço diferenciado.

### 1.3 SCT Tributação

O coordenador do SCT *Tributação*, Sr. Marcelo Cavalcanti (EPE), iniciou sua apresentação com os temas que envolvem as propostas a cargo de seu subcomitê, sendo estes: (i) bitributação sobre o GLP; (ii) tratamento tributário isonômico nas UF; (iii) simplificação e harmonização tributárias; (iv) impacto da tributação sobre a eficiência na produção e distribuição e (iv) avaliação de formas de estímulo à atividade de rerrefino por meio da tributação.

Explicou que a proposta 32 foi definida como prioritária (*Avaliar alternativas à incidência de bitributação sobre o GLP oriundo de UPGN*), que trata da bitributação sobre o GLP. Esclareceu que, segundo a Constituição Federal (art. 155, § 2º, X, b), há previsão de imunidade do ICMS nas operações interestaduais com petróleo e derivados.

Informou que Protocolo ICMS nº 4/2014 resultou na adesão de 23 das 27 unidades federativas mas que essa adesão tem impactos na receita fiscal, que impactam a distribuição e que resultam em repasses ao consumidor de tais tributos.

Relatou que as operações de recuperação de crédito também têm reflexos no consumidor, que arca com os seus custos. Registrou, também, que o GLP proveniente de UPGN, grande afetado pelo status atual da tributação, respondia por 27% do mercado em 2012, chegando a 30% em 2016 e com projeções para superar 40% em 2026.

Sobre o estágio dos trabalhos, o Sr. Marcelo Cavalcanti registrou que já foram consultados Asmirg, Abragás, Liquigás, Consigaz, Petrobahia, os produtores Petrobras e Manguinhos, além de outras instituições como Governo do Maranhão e Transpetro.

Informou que a última reunião do subcomitê ocorrerá até 29/09, que a Iniciativa Combustível Brasil será apresentada em breve no Confaz e que pretende realizar um *workshop*, com data provável de 23/10. O relatório final deverá ser encaminhado ao CNPE até meados de novembro próximo.

O Sr. Pierre Januário (Governo do Maranhão), informou que estará amanhã na EPE para apresentação de uma proposta a ser tratada no âmbito do CONFAZ. Solicitou que o *workshop* ocorresse em novembro.

O Sr. Cláudio Ishihara alertou que, na hipótese de o WS ser realizado em novembro, deve ser no início do mês, caso haja alguma proposta que necessite de consulta ou aprovação do CNPE.

O Sr. Marcelo Cavalcanti esclareceu que o SCT avalia e discute outras propostas além da escolhida como meta de curto prazo, mas estabeleceu um cronograma que possibilite a obtenção da maior quantidade de resultados de curto prazo.

O Sr. Ricardo Tonietto comentou que o setor de GLP tem muitos “esqueletos” que precisam ser resolvidos. Pontuou que, se o GLP é um combustível tão importante sob a ótica social, deveria também sê-lo no âmbito tributário.

## 1.4 SCT Abastecimento

A Sra. Maria Inês (ANP), coordenadora deste SCT, inicialmente informou aos presentes que as reuniões com as entidades e agentes vão se iniciar na segunda semana de outubro, pois, inicialmente, foi efetuado um trabalho interno de levantamento das resoluções da ANP vs. propostas do Combustível Brasil. Relatou que estão sendo avaliadas e trabalhadas as propostas 1, 16, 19, 27, 4, 17, 20 e 3.

Um dos destaques é o trabalho de identificação de mercados regulados cujos marcos regulatórios estejam defasados (asfaltos, Resolução ANP nº 02/2005). Outro destaque é a implantação do sistema LUPA, operacional para os mercados de solventes, asfaltos, TRRs, lubrificantes, distribuidores de líquidos, distribuidores de GLP, capaz de auditar e cruzar, de forma automática, as informações desses agentes, dos produtores de derivados, usinas de etanol e importadores de combustíveis. A efetividade do sistema depende da adimplência de todos os agentes para ser efetivo, mas já está implantado. Convém lembrar que ambos são decorrentes de anseios dos agentes.

Os próximos passos foram apresentados e, entre eles, destacam-se: a realização de reunião com os distribuidores de GLP, de forma a identificar todos os gargalos operacionais em out/2017; a discussão com os agentes sobre a revisão da Resolução ANP nº 58/2014, prevista para nov/2017; e o encaminhamento à Diretoria da ANP da revisão da Resolução ANP nº 42/2011, com previsão para nov/2017. Também foi apresentada extensa agenda para 2018, que pode ser verificada na apresentação, disponibilizada no sítio eletrônico da Iniciativa Combustível Brasil (<http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/petroleo-gas-natural-e-combustiveis-renovaveis/programas/combustivel-brasil/ct-cb>).

A Sra. Beatrice do Valle fez seu comentário reforçando a necessidade de que as análises que venham a embasar mudanças regulatórias sejam robustas.

A Sra. Maria Inês esclareceu que grande parte dos estudos já estão prontos e que boa parte será entregue em out/2017.

O Sr. Ricardo Tonietto perguntou se o fim das restrições de uso será tratado nessa reunião sobre gargalos do GLP. Ao que a Sra. Maria Inês esclareceu que o fim das restrições de uso está vinculado à realização de investimentos para ampliação da infraestrutura de movimentação. Completou dizendo que alguns usos podem ser liberados, mas condicionados à ampliação da capacidade de movimentação.

O Sr. Cláudio Ishihara esclareceu que a eventual liberação impactará o abastecimento devido à infraestrutura atual ser incapaz de suportar o acréscimo de demanda, ou seja, não há espaço disponível na infraestrutura atual.

O Sr. Leandro de Barros afirmou que há uma clara interface do Combustível Brasil com o RenovaBio. Alegou que o que está sendo discutido no RenovaBio impacta a cadeia de *downstream*, e que ano que vem há previsão de aumento na mistura de biodiesel para 10% e os seus impactos decorrentes.

A Sra. Maria Inês completou dizendo que não há como desconsiderar os impactos na distribuição.

O Sr. Leandro de Barros continuou manifestando que a parte que mais preocupa é como se daria a regulamentação da fiscalização das medidas do RenovaBio.

A Sra. Beatrice do Valle disse ser importante que essa visão global de impactos e soluções seja passada no âmbito de todos os subcomitês.

O Sr. Cláudio Ishihara afirmou que, internamente, as ações dos dois Programas RenovaBio e Combustível Brasil são integradas e as questões são divididas em duas abordagens complementares: produção de biocombustíveis, a cargo do RenovaBio e distribuição de biocombustíveis, a cargo do Combustível Brasil.

O Sr. Leandro de Barros ainda teceu considerações acerca da importância de uma visão compartilhada dos vários números e projeções. Disse ser importante que os números do RenovaBio e da EPE projetem uma visão única.

O Sr. Cláudio Ishihara esclareceu que os estudos são integrados e que se busca a compatibilização com PDE e PNE, com efetiva participação do MME na elaboração dos estudos que embasam esses planos.

## 1.5 SCT Infraestrutura

O coordenador deste SCT, Sr. Luiz Theodoro (MME), explicou que a organização dos trabalhos observa a expectativa de resultados: (curto prazo em 2017 e médio prazo em 2018).

Esclareceu que, para 2017, estão previstas tratativas com órgãos de governo referentes às licitações dos portos, arrendamentos e normas visando a otimização dos serviços nos terminais.

Um dos destaques é a proposta 13 (*Articular com os órgãos responsáveis pela concessão do setor portuário nacional para concluir as licitações iniciadas e realizar novas licitações de áreas de armazenamento de combustíveis nos portos a fim de estimular novos investimentos em terminais*), cujo resultado para 2017 é o encaminhamento à Antaq da Nota Técnica 529/2017/SAB-ANP com o posicionamento sobre os portos prioritários para processos licitatórios.

Destaca-se também a proposta 7 (*Analisar e propor mecanismos para que os procedimentos licitatórios de arrendamentos de instalações portuárias em portos organizados sejam convergentes com os interesses do abastecimento nacional de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, de modo que a participação da ANP ocorra em várias das etapas preparatórias até a publicação do edital, em especial na fase de planejamento das áreas a serem arrendadas*). Como resultado, também para 2017, tem-se a proposta de acordos ANP X Antaq para: (i) atender a lei dos portos em assuntos de interesse do abastecimento de combustíveis; (ii) elaborar proposta de portaria ao MTPA para priorizar atracação de navios de combustíveis (nov/2017).

Com relação às propostas para 2018, o Sr. Luiz Theodoro relatou que o subcomitê encaminhou mensagem aos membros propondo a realização de *workshop* no início de outubro de 2017, mas que, devido ao excesso de assuntos, houve a necessidade de reorganização interna no âmbito do subcomitê, ficando o *workshop* para o dia 26/10.

Quanto ao investimento em refino, esclareceu que será realizada uma reunião específica com o BNDES e investidores em potencial, na qual serão convidados representantes dos Governos do Maranhão e do Ceará.

Sobre o andamento dos trabalhos, considerou que estão dentro das expectativas, posto que já foi criado o grupo de trabalho ANP x Antaq e que estão em curso tratativas para a elaboração de Portaria priorizando a atracação de navios de

combustíveis em situações de risco ao abastecimento. Por fim, esclareceu que o cronograma de 2018 será definido após o *workshop* programado para 26/10.

A Sra. Beatrice do Valle comentou que os trabalhos estão bem endereçados e parabenizou pelos resultados. Considera que a articulação entre as agências é muito importante para a regulamentação e definição de procedimentos da Lei dos Portos.

A Sra. Maria Inês lembrou que o seminário sobre GLP, realizado na ANP, também é um resultado referente à infraestrutura de produção e importação.

O Sr. Carlos Kopittke (ABTL) solicitou registrar que, em mai/2017, o Governo editou o Decreto nº 9.048/2017 regulamentando as questões referentes aos contratos. Quanto à prioridade de atracação, sugeriu que também fosse abordada “praticagem no canal de acesso”. Esclareceu que, hoje, as Autoridades Portuárias não têm condições de realizar investimentos e que uma forma de os viabilizar é a antecipação tarifária. Ademais, relatou que há necessidade de investimento em nova infraestrutura portuária, como, por exemplo, berços no Pier de Santos.

O Sr. Jorge Lemos (Decal) relatou que a tancagem da Decal em Suape para líquidos terá sua capacidade ampliada em 3 vezes e atingirá 400 mil m<sup>3</sup>. Comentou que não adianta os terminais aumentarem suas capacidades estáticas sem que haja correspondente aumento na fluidez. Informou que a vazão média no País é de 500 m<sup>3</sup>/h, incompatível com as necessidades de mercado. Comentou que é necessário investir em infraestrutura para permitir operação simultânea de movimentação de produtos. Solicitou que fossem discutidas também as questões de financiamento e de formuladores de combustíveis.

## 2 INFORMES E DELIBERAÇÕES

- 2.1 O Sr. Bruno Caselli (ANP) agendará reunião com o Sindicom para avaliar as necessidades de dados e estudos referentes às outras propostas a cargo do SCT Concorrência e Competitividade.
- 2.2 Os subcomitês disponibilizarão todos os documentos no site.
- 2.3 O Subcomitê de Concorrência e Competitividade realizará *workshop* em 31/10, no Rio de Janeiro.
- 2.4 O Subcomitê de Tributação apresentará o Combustível Brasil e as propostas relacionadas com tema ao CONFAZ em 5/10.
- 2.5 O Subcomitê de Tributação realizará *workshop* com data provável em 23/10.
- 2.6 O Subcomitê de Abastecimento realizará reuniões na segunda semana de outubro, sendo uma delas com os distribuidores de GLP em outubro de 2017, visando identificar todos os gargalos operacionais.
- 2.7 O Subcomitê de Infraestrutura realizará *workshop* em 26/10, em Brasília.
- 2.8 A próxima reunião ordinária do Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais derivados de petróleo e Biocombustíveis está pré-agendada para o próximo dia 22/11.

### 3 ANEXOS

#### 3.1 Lista de Presença da 2ª Reunião Ordinária do CT-CB

**CLÁUDIO AKIO ISHIHARA**

Coordenador do Comitê CT-CB

**LUIZ CARLOS LISBOA THEODORO**

Coordenador Substituto do Comitê CT-CB